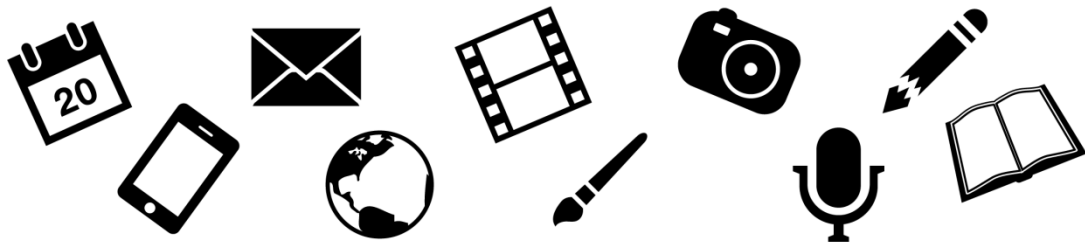




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

04 de outubro de 2018

Notícias do Dia
Capa e Desafios de SC
"Celeiro de oportunidades"

Celeiro de oportunidades / Candidatos / Governo do Estado de Santa Catarina / Longevidade / Empreendedorismo / Turismo / Tecnologia / Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis / Leny Baessa / Núcleo de Estudos da Terceira Idade / UFSC / Qualidade de vida / Comandante Moisés / Décio Lima / Gelson Merísio / Ingrid Assis / Leonel Camasão / Mauro Mariani / Rogério Portanova / Previdência / Aposentadoria / Guilherme Valle Moura / Departamento de Economia e Relações Internacionais / Universidade Federal de Santa Catarina / Expectativa de vida / Iprev / Instituto de Previdência de Santa Catarina / Darcy Carvalho dos Santos / Segurança pública / Dívidas / João Rogerio Sanson / Crise / Finanças públicas / Infraestrutura / Mobilidade / Ponte Hercílio Luz / Ponte Colombo Salles / Ponte Pedro Ivo / IPUF / Máquina pública / Investimentos /



A conta da aposentadoria

Déficit com a previdência em SC chega a R\$ 3,7 bilhões para pagar os salários dos servidores públicos inativos

A aposentadoria, que representa o merecido descanso do trabalhador, é o pesadelo dos cofres públicos. É assim no mundo, no Brasil, e em Santa Catarina não é diferente. Os números provam: a previdência estadual apresenta um rombo de R\$ 3,7 bilhões.

"Temos uma massa de inativos aí enorme e a população economicamente ativa está reduzindo", diz o professor Guilherme Valle Moura, do departamento de economia e relações internacionais da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

O aumento da expectativa de vida e a redução das taxas de fecundidade têm envelhecido a população, o que coloca em xeque o modelo usual da previdência em que os ativos mantêm o fundo que sustenta os aposentados. Somado a isso, estão falhas na administração fiscal. E pronto. Está armado o cenário para o rombo.

Com receita menor do que a despesa, o Iprev (Instituto de Previdência de Santa Catarina) é deficitário. Mudanças na previdência estadual foram feitas no final de 2015, mas elas não foram suficientes para tapar o furo. Em 2017, a despesa previdenciária foi de R\$ 3.299.678.853. A receita obtida com as contribuições (tanto do Estado quando dos servidores) foi de R\$ 1.288.180.000. Faltaram R\$ 2.011.498.853. O resultado é que todos os meses o Estado precisa arcar com cerca de R\$ 300 milhões para fechar a conta.

Os números ainda podem ser piores. Um levantamento realizado pelo contador, economista e especialista em finanças públicas Darcy Carvalho dos Santos indica que a receita do Estado

subiu 73,3% entre os anos de 2007 e 2017. No mesmo período, as despesas com a folha dos servidores subiram 109%.

De acordo com os dados colhidos por Darcy, a despesa da previdência chegou a R\$ 5,9 bilhões no ano passado (incluindo as contribuições dos servidores, dos sindicatos, do Estado e todas as outras despesas administrativas). O número representa uma fatia de 27% do orçamento anual. Ele justifica a divergência com os valores divulgados pelo Iprev, pois os dados são coletados de várias fontes.

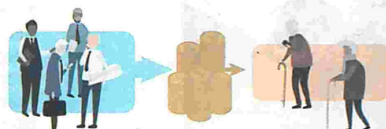
Cerca de 300 servidores se aposentam todos os meses no Estado e a conta só cresce. "Se Santa Catarina não realizar uma reforma, seguirá o mesmo caminho que o Rio Grande do Sul", alerta Darcy Carvalho. O déficit atuarial da previdência, que é uma projeção total da dívida para o futuro, chega a R\$ 145 bilhões.

"O problema é sério. Santa Catarina é um dos Estados que têm a situação mais complicada em relação à previdência. O próximo governador não pode deixar de atacar isso", explica o consultor econômico e ex-secretário de assuntos econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso.

"Vai ser necessária muita negociação política para atacar esse problema", pontua Velloso.

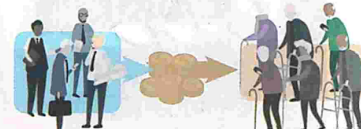
Como se formou a dívida?

Déficit cresce todos os anos e hoje o Estado desembolsa R\$ 300 milhões por mês para cobrir rombo



■ A previdência dos Estados se sustenta com servidores que contribuem todo mês com uma alíquota para a manutenção de um fundo. No início, havia bastante dinheiro no fundo.

■ Como tudo ia bem, não havia problema em conceder aumentos salariais, garantir a aposentadoria de pessoas com 50 anos de idade ou menos e também fazer retiradas do dinheiro do fundo para pagar outras despesas.



■ O número de aposentados e as despesas da previdência começaram a subir. O dinheiro do fundo caiu.

■ O sistema passou a atuar em déficit. Todos os meses o Estado precisa desembolsar mais de R\$ 300 milhões para garantir os vencimentos dos aposentados.

Solução é difícil e política

As últimas mudanças na previdência do funcionalismo catarinense feitas em 2015 elevaram as alíquotas de contribuição. O desconto na folha dos servidores subiu de 11% para 14% e do Estado de 22% para 28%. Apesar da resistência, a proposta foi aprovada e impediu o crescimento da dívida em R\$ 838 milhões.

O presidente do Síntese (Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina) Antonio Celestino Lins diz que o quadro geral dos servidores públicos costuma ser prejudicado, enquanto outros grupos têm as regalias ampliadas.

Qual é o caminho para reduzir o rombo da previdência? Na opinião de José Roberto Afonso é preciso envolver todos os servidores. "Aprovar uma reforma que alcance e iguale todos os trabalhadores, independentemente de onde trabalham, e no qual eles se aposentem recebendo aquilo para o qual efetivamente contribuíram".

Para o cientista político da Univali Eduardo Guerini, o desafio está nas mãos do próximo governador. "O governo que assumirá em 2019 deve ter ousadia para transformar a gestão pública catarinense, buscando efetivar uma prestação de serviços de qualidade à população catarinense".

Como cada candidato ao governo de SC irá lidar com a previdência?

Comandante Moisés (PSL)

"O governo, de forma pouco responsável, lança mão de recursos dos fundos destinados a garantir a manutenção da previdência dos servidores. Quando o Estado recorre a esses artifícios, o faz em detrimento da sustentabilidade dos sistemas de previdência. Somos contrários à desvinculação das receitas previdenciárias, de modo a impedir que o Estado continue inviabilizando os sistemas previdenciários".

Décio Lima (PT)

"Começaremos pelo combate a abusos e privilégios que por ventura existam. Precisamos é fazer justiça, pois a previdência é a garantia para que o nosso servidor tenha um período de tranquilidade e possa, acima de tudo, se planejar. Agora será preciso entender o porquê da aprovação em 2015 da Lei Complementar que extinguiu o Fundo Previdenciário e que foi incorporado ao Fundo Financeiro".

Gelson Merisio (PSD)

"Aqui em Santa Catarina as reformas possíveis já foram feitas na gestão de Raimundo Colombo, com ajuste da alíquota para 14% e criação da SCPrev, de previdência complementar. A solução do 'rombo' não é de curto prazo, mas é possível minimizar o problema se tivermos um Estado mais forte economicamente. É para isso que vamos trabalhar".

Ingrid Assis (PSTU)

"Pretendemos rever as reformas feitas. Defendemos um modelo de previdência pública solidária e por repartição que garanta ao aposentado integralidade e paridade. O que provoca o rombo são as renúncias fiscais aos grandes empresários, os grandes sonegadores, os financiamentos subsidiados aos grandes empresários, os privilégios de políticos e juizes e a dívida pública paga aos banqueiros".

Leonel Camasão (PSOL)

"O rombo da previdência é relativo e fruto da má gestão. Nós vamos gerir a previdência com pulso firme e responsabilidade, fazendo o Estado arcar com seus compromissos. O que não pode é estarmos falando em rombo na previdência enquanto o atual governo de Colombo e Moreira continua pagando pensões aos ex-governadores. Nosso governo não vai pagar mais pensões para políticos".

Mauro Mariani (MDB)

"Diante do quadro complexo, o governo do Estado precisa ampliar a discussão junto à sociedade, tratando o tema com urgência. Também não pode se omitir nas questões que lhe cabem, a exemplo das ações desenvolvidas neste ano pelo Iprev, promovendo melhorias significativas nos serviços e ampliando o potencial de captação de novos recursos para o Estado, por meio da compensação previdenciária".

Rogério Portanova (Rede)

"O do IPESC necessitaria de uma avaliação do modelo e cobrar dos devedores, bem como das obrigações que o Estado negligenciou. A partir desta análise, ver onde existem distorções e privilégios incompatíveis. Há um fator esquecido quando tentam fazer a reforma nos moldes meramente atuariais: grande número de aposentados sustenta as famílias e muitas vezes são eles que investem em educação dos familiares".

Próximo governador terá como desafio enfrentar altos valores de empréstimos, precatórios e riscos fiscais

Bilhões a pagar

Uma dor de cabeça espera o próximo governador que assumir a Casa d'Agrônoma. O novo chefe do Executivo assumirá o Estado com uma dívida de R\$ 19,9 bilhões com a União e com os bancos.

Além da dívida, existem outros R\$ 2,3 bilhões dos precatórios - que são os processos judiciais em que o Estado perde e é condenado a pagar aos credores. E ainda não acabou: também existem R\$ 11,8 bilhões de riscos fiscais, que são aquelas cobranças que estão sendo empurradas há décadas na Justiça e que o Estado pode ser condenado a pagar a qualquer momento. Já entra o processo do pedágio da SC-401, as Letras do Tesouro e as debêntures da Invesc (Santa Catarina Participação e Investimentos S.A.). Somando tudo dá cerca de R\$ 34 bilhões, o equivalente ao PIB anual do Haiti ou duas vezes o PIB de Florianópolis.

Para que Santa Catarina não seja tomada pela crise e fique bem longe da mensagem que entoa o clássico da música popular brasileira "o Haiti é aqui", o próximo chefe do Executivo vai precisar ter jogo de cintura. Segundo o economista João Rogério Sanson, da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), "é preciso tomar decisões acertadas para não quebrar como aconteceu com o Rio de Janeiro que se endividou demais". O especialista em finanças públicas e autor do livro "A crise das finanças estaduais: causas e alternativas", Darcy Carvalho dos Santos, faz um alerta. "Santa Catarina está tomando o mesmo caminho que o Rio Grande do Sul e o problema está relacionado com a previdência. Embora distante em números, o caminho que está tomando é o mesmo", garante.

"O que mais importa não é o montante da dívida e sim a capacidade de transformar isso em obrigações anuais", garante o consultor econômico e ex-secretário de assuntos econômicos do Ministério do Planejamento, Raul Velloso. Ele se refere à capacidade de pagamento do Estado. O especialista que tem viajado o país inteiro para discutir alternativas para as finanças estaduais detalha o desafio. "A política do novo governo que vai assumir é um ponto de interrogação difícil, mas ele precisa estar atento com o déficit da previdência dos servidores. Em Santa Catarina, isso compromete 18% da receita corrente líquida, como boa parte da receita. Ele (o próximo governador) vai precisar atacar isso", afirma.

As contas de Santa Catarina

Além das dívidas existem os riscos fiscais e os precatórios. As dívidas do Estado são os contratos que o Estado assumiu. Um exemplo são os empréstimos para a reforma da ponte Hercílio Luz. Os riscos fiscais e os precatórios não são considerados dívidas porque são incertos. São cobranças que podem demorar anos para se efetivar ou podem ser revertidas. Quando a conta do pedágio da SC-401 chegar, por exemplo, ela deixará de ser risco fiscal, mas não receberá o nome de dívida nos balancetes e sim de precatório. Os precatórios são as contas que o Estado foi condenado a pagar pela via judicial.

Dívida pública

Total: R\$ 19.959.736.415,43

Empréstimos que o Estado tem que pagar.

União	R\$ 9.710.005.414,14
BNDES (Bco. Nac. de Desenv. Econ. e Social)	R\$ 3.565.891.458,99
BB (Banco do Brasil)	R\$ 3.246.239.967,29
BAML (Bank of America Merrill Lynch)	R\$ 1.752.903.269,42
BID (Banco Interamericano de Desenv.)	R\$ 1.132.925.775,76
BIRD (Banco Mundial)	R\$ 314.180.414,52
CAF (Cooperação Andina de Fomento)	R\$ 237.590.115,31

Precatórios

Total: R\$ 2.375.970.668,86

O Estado é condenado a pagar uma dívida.

Estado de SC, PGE (TRT -12ª Região e TRF - 4ª)	R\$ 1.847.522.066,96
Deinfra	R\$ 250.200.082,31
Fundo Financeiro	R\$ 236.807.265,65
Outras:	
FCEE	R\$ 30.377.745,83
Imetro	R\$ 4.971.932,16
Udesc	R\$ 4.451.327,47
Fatma	R\$ 718.249,28
Ipescc/Iprev	R\$ 622.303,10
FCC	R\$ 227.019,98
Epagri	R\$ 60.829,05
Jucesc	R\$ 11.847,07

Riscos fiscais

Total: R\$ 11.819.559.401,59

O Estado é acionado pela Justiça para pagar uma dívida, mas ainda não há decisão.

Invesc (debêntures lançadas em 1995 por meio da empresa Santa Catarina Participações e Investimentos)	R\$ 6.235.301.141,11
Letras do Tesouro (foram lançadas em 1996, não foram pagas e estão virando precatórios)	R\$ 2.751.796.570,85
Deinfra (cobrança da empresa que duplicou a SC-401, mas não pode cobrar pedágio)	R\$ 2.348.508.504,44
Outros:	
Celesc (dívida cobrada pela Celesc entre 1985 e 2007 por serviços prestados)	R\$ 20.016.005,73
Udesc (serviços prestados no ensino à distância e não pagos)	R\$ 8.792.974,25
Epagri (ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina)	R\$ 5.833.497,23
Santur (ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela Empresa Santa Catarina Turismo S.A.)	R\$ 55.000,00
Outras cobranças	R\$ 449.255.707,98

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda de SC

ELEIÇÕES 2018

#MEU VOTO DECIDE

GRUPO RIC

PATROCÍNIO: Fecomércio SC
Secretaria de Transparência e FISCAL

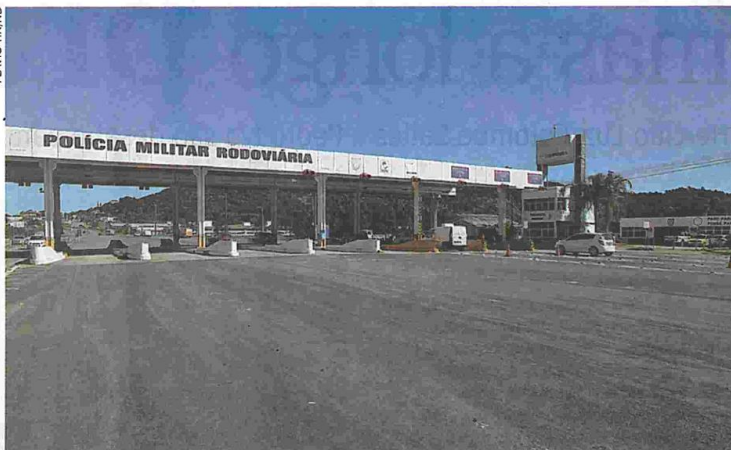
Os caminhos que levaram ao endividamento de Santa Catarina

"O crescimento econômico é o colchão que amortece vários conflitos", alerta o autor do livro "Formação Econômica de Santa Catarina", Alcides Goularti Filho. O professor da Unesc (Universidade do Extremo Sul Catarinense) estudou todos os ciclos financeiros do Estado e explica que a década de 1990 foi decisiva no endividamento. "As dívidas dos Estados deram um salto entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, quando a economia desacelerou. Junto com isso, houve o aumento da taxa de juros e os Estados ficaram de joelhos para os bancos".

De fato, boa parte das contas que estão prestes a chegar e que podem causar um rombo fiscal nos cofres públicos são esqueletos que se originaram na década de 1990. A conta mais temida é a da Invesc, que soma R\$ 6,2 bilhões. São as debêntures lançadas em 1995 por meio da empresa Santa Catarina Participações e Investimentos. Para investir em infraestrutura, o governador Paulo Afonso Vieira lançou debêntures por meio da Invesc. Só que os títulos captados não foram pagos e os credores cobram os valores desembolsados até hoje.

As Letras do Tesouro estão na sequência com um montante de R\$ 2,7 bilhões. A dívida é de 1996, quando o governador Paulo Afonso Vieira lançou Letras do Tesouro de Santa Catarina para pagar precatórios. Depois de efetivada a venda, surgiram denúncias de irregularidades na transação. A polêmica quase resultou no impeachment do governador. Os credores seguem cobrando as letras que venceram e não foram pagas.

FLÁVIO TININDO



Pedágio desativado da SC-401 é exemplo de um risco fiscal que se arrasta desde 1998 na Justiça

O terceiro esqueleto bilionário é a cobrança que envolve o Deinfra (Departamento Estadual de Infraestrutura) nas obras da SC-401, em Florianópolis. O valor está em R\$ 2,3 bilhões. O governador Wilson Kleinübing realizou uma licitação para que a rodovia fosse duplicada pela iniciativa privada e recebesse o pagamento da obra através da cobrança de pedágio. A empresa não pôde cobrar, o caso foi parar na Justiça em 1998 e se arrasta até hoje.

"O governador que assume tem obrigação de honrar as dívidas, mas ele pode negociar", diz o professor de economia e administração pública da Udesc, Arlindo Carvalho Rocha. Ele complementa. "Basicamente, é igual uma família. Você não pode simplesmente deixar de pagar, mas pode mostrar que não tem condições de arcar com aquelas dívidas e tentar baixar o valor, além de ir jogando a conta para frente".

Os freios da lei

A lei de responsabilidade fiscal é o livro de cabeceira de todo o gestor público. A Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, foi implantada durante o Plano Real para conter a dívida pública. A partir das quatro fatias do orçamento público (investimentos, dívidas, custeio com pessoal e outras despesas correntes), a LRF impõe alguns freios que devem ser respeitados. Em geral, o Executivo prioriza o pagamento da dívida com a União e bancos, depois realiza os repasses para custear a máquina pública e o que sobra vai para investimentos.

"Todo governante quer ser um investidor. Só que ele não pode fazer todos os investimentos no mandato dele e deixar para o sucessor o encargo do pagamento. Por isso, a LRF impõe um freio que atualmente é duas vezes a RCL (Receita Corrente Líquida)", explica o especialista em contabilidade pública Flávio da Cruz.

Nesse aspecto, Santa Catarina ainda tem folga. Do limite de 200% para endividamento, temos menos de 100% da atual RCL. Ou seja, temos margem para pegar novos empréstimos. Um gestor que descumpra a LRF sofre uma série de restrições que pode envolver até a perda de mandato e ineligibilidade.

Investimentos

Nem sempre as dívidas são ruins", alerta o economista Sanson, da UFSC. Ele se refere ao fato de que as dívidas são necessárias para realizar investimentos. "No caso da ponte Hercílio Luz, imagina quantos anos seria necessário poupar para realizar a reforma. Gerações que não iam usufruir da ponte teriam que pagar. Nesse caso, se faz o empréstimo, se inicia a reforma e as gerações vão pagando ao longo do tempo".

Segundo o consultor econômico Raul Velloso, se Santa Catarina reduzir o déficit da previdência dos servidores vai poder triplicar a sua capacidade de investimento. Ele acrescenta que "o déficit da previdência dos servidores como boa parte da receita. Essa dívida não se consegue deixar de pagar, senão o governante vai ser trucidado. Imagina, os idosos nas filas das farmácias com a receita de remédio na mão e sem dinheiro para pagar. O que o governador tem que fazer para equacionar é complexo e envolve negociação política".

O professor Arlindo Carvalho Rocha diz que aumentar imposto deve estar fora do radar de possibilidades do próximo governo. "Isso gera muito desgaste político e o resultado é pequeno já que a sonegação aumentada e no fim a arrecadação cai". Ele sugere que o próximo gestor deve tornar o Estado mais eficiente. "Trabalhar a máquina do Estado para ele gastar menos e melhor. O dinheiro precisa ter uma destinação nobre. Assim, mesmo que os recursos sejam os mesmos, nós teremos melhores resultados".

Como cada candidato ao governo de SC irá lidar com as dívidas?

Carlos Moisés (PSL)

"A maioria das dívidas de Santa Catarina foram adquiridas na década de 1990, e são um exemplo da falta de responsabilidade dos governos que estão até hoje no poder. Essa conta não fecha em nenhuma matemática. A falta de governança transformou dívidas de R\$ 104 milhões em dívidas bilionárias. Recorreremos a todos os meios possíveis, inclusive a possibilidade de reavaliar os valores com os credores".

Décio Lima (PT)

"Para o leitor ter clareza da herança deixada pelos governos da triplíce aliança e que hoje se dividem em duas candidaturas governistas, é importante apresentarmos os números. Porque eles falam aos quatro cantos sobre equilíbrio financeiro, sobre qualidade das suas gestões, mas na verdade eles preparam verdadeiras bombas-relógio. Vamos encarar esse desafio de forma republicana defendendo os interesses públicos".

Gelson Merisio (PSD)

"Vamos enfrentar esses problemas de frente. Temos dívidas bilionárias do governo do MDB, lá de 1995, mas que teremos que pagar. Vamos alongar com muita renegociação e transparência, participação do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, para definir os valores e o prazo possível para pagamento por parte do Estado."

Ingrid Assis (PSTU)

"Sobre os precatórios temos que saber diferenciar. Caso tenha natureza alimentar (relacionado a salários, aposentadorias, pensões), vamos pagar. Também somos contrários ao pagamento das Letras que viraram precatórios, pois foram motivadas por operações fraudulentas. Temos uma pesada dívida social para pagar na saúde, educação, saneamento, moradia e outras áreas sociais. Isso será a nossa prioridade".

Leonel Camasão (PSOL)

"Já virou tradição dos governos do MDB. Quebraram o Rio de Janeiro, quebraram o Rio Grande do Sul, estão entregando Santa Catarina com quase R\$ 20 bilhões em dívidas. Vamos tratar o assunto com firmeza, responsabilidade e transparência. Aquilo que for decisão judicial, vamos ter que cumprir. Se o cinto ficar muito apertado, vamos ter que cortar no alto escalão, e não nos serviços essenciais".

Mauro Mariani (MDB)

"O estado brasileiro, no modelo atual, não cabe no orçamento. Não há fórmula mágica que resolva. É preciso mudar, em busca da eficiência da máquina pública e garantir o controle rigoroso dos gastos. Os precatórios inviabilizam a capacidade de investimentos, que deve ser priorizada. Hoje o Estado precisa buscar recursos da arrecadação para parcelar o pagamento dos precatórios".

Rogério Portanova (Rede)

"(Vamos encarar as dívidas) de forma negociada e jurídica, mostrando que não se pode privilegiar o enriquecimento sem causa (no caso do não pagamento). Quanto às Letras, entram na renegociação mais ampla com o sistema financeiro, que acaba drenando os recursos arrecadados e impede que cheguem ao destino final e a melhoria da condição de vida da população".

Cortar custos é prioridade

Gastos para manter a estrutura do Estado comprometem a capacidade de investimento e são desafio para futuro governador

De cada R\$ 10 do caixa do Estado, R\$ 5 são para pagar os servidores públicos ativos e inativos. Outros R\$ 5 são para pagar as contas correntes. E ainda falta. A projeção é fechar o ano com um déficit de R\$ 1,3 bilhão. Os números comprovam o peso da máquina pública catarinense. O próximo governador já assume endividado e não terá outro caminho a não ser cortar custos e tornar essa estrutura mais eficiente.

O inchaço do orçamento consome boa parte da verba que poderia ser usada para investimentos. Segundo dados publicados no Portal de Transparência do Estado, Santa Catarina tem investido entre 7% e 11% da sua receita corrente líquida nos últimos seis anos, o que corresponde a quase R\$ 11 bilhões. Mas, na prática, onde estão esses investimentos?

Segundo dados da Secretaria Estadual do Planejamento, os maiores investimentos realizados nos

últimos anos estão relacionados a obras de infraestrutura rodoviária. Em geral, são trabalhos de manutenção e ampliação de rodovias. Inauguração de hospitais, reformas de escolas também estão nessa conta, mas esses valores são tão pequenos quando comparados à manutenção das estradas que ficam lá embaixo no ranking dos investimentos.

E de onde sai o dinheiro para investir se 100% da receita está com-

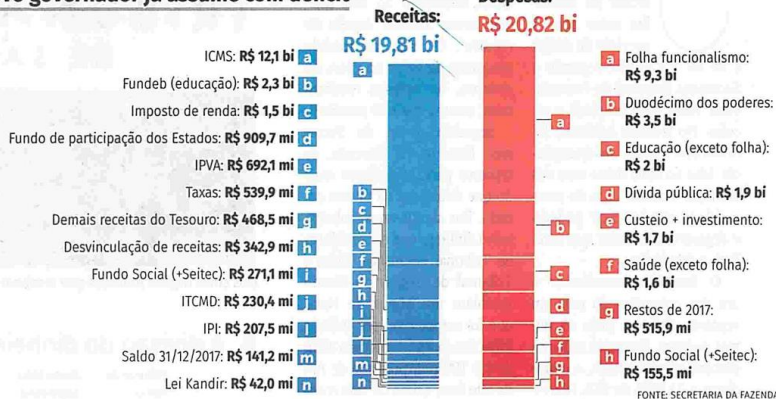
prometida? Aí entram os empréstimos bancários e o aumento do endividamento. "Para construir ou reformar uma rodovia, o argumento que se usa para assumir o financiamento é que a obra vai estimular a economia, vai gerar mais receita, ICMS e isso justifica o pagamento de empréstimo para investir. Agora se isso mesmo vai acontecer é outra história", diz o economista da UFSC, João Rogério Sanson.

"É importante olhar as consequências dos investimentos, pois eles geram aumento dos gastos correntes. O caminho é fazer um planejamento de longo prazo", diz Sanson. O professor de economia da UFSC Guilherme Valle Moura complementa que os investimentos devem ocorrer em áreas estratégicas. "O saneamento básico é um exemplo. O Estado pode utilizar políticas públicas para crescer e beneficiar a população".

Projeção de investimentos do Estado para 2018

Só com a folha de pagamento dos servidores, SC gasta metade das receitas anuais

Novo governador já assume com déficit



Como os candidatos vão lidar com temas relacionados à gestão da estrutura do Estado?

Comandante Moisés (PSL)

1 "A estrutura deve ser modificada, com a extinção das ADRs. O número de funcionários comissionados deve ser reduzido drasticamente, quase na sua totalidade, de forma a aproveitar o servidor de carreira que é quem mais conhece da área em que atua".

2 "Meu compromisso é reduzir o Estado drasticamente, inclusive os cargos comissionados, que serão exceção, pois a chapa pura me permitirá prestigiar o servidor de carreira pela meritocracia, uma economia competente, colocando os mais capacitados nos espaços certos de suas capacidades.

Décio Lima (PT)

1 "As ADRs se mostraram ineficazes. Não serviram para descentralizar os serviços. Penso que tenham sido pensadas não para levar serviços públicos para mais perto da população. Vamos descentralizar o governo a partir da ação e da relação com as Associações de Municípios e com a Fecam".

2 "Acredito que seja possível reduzir o custo da máquina pública controlando os gastos com custeio. Durante o atual governo, o custo de manutenção da máquina segue crescendo. Estamos falando de gastos com

água, luz, telefone, alugueis, terceirizações, material de consumo, diárias. Vamos monitorar com olhar de linca e mãos de ferro essas despesas".

Getson Merisio (PSD)

1 2 "Reduzir 1200 dos 1400 cargos comissionados e contratar mais policiais, médicos e enfermeiros. Podemos ficar no limite da folha de pagamento desde que essas pessoas estejam ligadas ao serviço, e não à burocracia. Extinguir todas as regionais e aplicar tecnologia. Ainda temos dezenas de departamentos de Recursos Humanos para um só empregador."

Ingrid Assis (PSTU)

1 "Pretendemos acabar com os cargos comissionados. Os cargos da administração serão ou por concurso ou por eleição. Junto pretendemos também acabar com as Agências de Desenvolvimento Regional. São verdadeiros 'cabideiros' de emprego".

2 "Pretendemos acabar com os privilégios de políticos, secretários e juizes. Salário igual a de um operário especializado ou professor. Somos contra os privilégios".

Leonel Camasão (PSOL)

1 "Com toda a certeza. Defendemos a extinção das ADRs desde 2010. São estruturas criadas sob o pretexto da descentralização, mas que não prestam nenhum serviço. A descentralização que precisamos é a de serviços essenciais".

2 "Mais que reduzir custos, temos que reduzir os privilégios e combater a corrupção. É preciso acabar com a farra das isenções fiscais para que o Estado tenha dinheiro para o que realmente importa: saúde, educação e segurança. Nossa proposta não é a de redução de custos, mas de ampliação dos investimentos nos serviços essenciais".

Mauro Mariani (MDB)

1 "Sim, vamos reduzir o número de ADRs, enxugar a estrutura e torná-las mais resolutivas. Sou formado em gestão pública e sei que o recurso, quanto mais perto da população, melhor sua aplicação. Mas essas estruturas precisam estar conectadas ao novo momento da gestão pública, que exige austeridade, busca pela eficiência e entrega de resultado".

2 "Nossa palavra de ordem será eficiência. O governo tem de entregar resultado. Temos atualmente outras estruturas, além das ADRs, que oneram muito mais o Estado e não entregam resultado. Podem ser

revistas, fundidas, reduzindo o custeio da máquina".

Rogério Portanova (Rede)

1 "Sim, fim das secretarias regionais e dar qualidade pelo mérito aos comissionados, reduzindo o número dos mesmos".

2 "Auditoria da dívida do Estado, principalmente no tocante aos juros pagos ao sistema bancário e aos aditivos das licitações, bem como a terceirização de atividades como saúde e educação, que acabam drenando os recursos do Estado".

1 O senhor pretende reduzir o número de ADRs e de funcionários comissionados?

2 Quais são as outras propostas de redução de custos?

Notícias do Dia
Capa e Cidade
"Duplicação indefinida"

Duplicação indefinida / Duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira / Caixa Econômica Federal / Obra / Pantanal / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana da Capital / Marcelo Roberto da Silva / Tiago Schmitt / Anel viário / Beira-Mar Norte / Centro / Via Expressa Sul / Agrônômica / Trindade

Impasse impede retomada da duplicação da Edu Vieira

Obra paralisada no final de 2017 está sendo reavaliada pela Caixa Econômica Federal. PÁGINA 5

NOTÍCIAS DO DIA FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2018 **Cidade.5**

Duplicação indefinida

Trechos vão integrar o anel viário

Retomada da obra na Edu Vieira depende de financiamento da Caixa

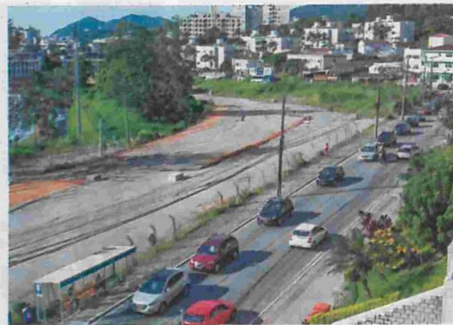
CRISTIANO RIGO DALCIN
cristiano.dalcin@noticiasdodia.com.br

As obras de execução de dois trechos da duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, não têm data prevista para serem retomadas. A Prefeitura de Florianópolis aguarda resposta da Caixa Econômica Federal, responsável pelo financiamento, a um pedido de reavaliação da obra orçada inicialmente em R\$ 30,7 milhões e interrompida em novembro de 2017 depois que a primeira empresa contratada solicitou um termo aditivo de R\$ 3,2 milhões.

O edital para contratação da empresa que retomaria a obra foi lançado em abril deste ano e três empreiteiras demonstraram interesse, mas duas delas acabaram

inabilitadas. "A terceira apresentou um valor inexequível, superior ao orçado inicialmente para obra", informa o secretário de Transporte e Mobilidade Urbana da Capital, Marcelo Roberto da Silva.

De acordo com o engenheiro Tiago Schmitt, fiscal da obra e diretor de projetos da Secretaria de Infraestrutura de Florianópolis, a única empresa habilitada apresentou proposta de R\$ 35 milhões, mas a atualização do orçamento para o novo processo licitatório apontou a necessidade de R\$ 34,5 milhões. Diante da situação, para garantir o financiamento, a prefeitura solicitou a análise junto à Caixa Econômica Federal. "Tem muitas questões técnicas que estão sendo analisadas, estamos no aguardo do retorno", informou Schmitt. ●



MARCO SANT'ANICÓ/ARQUIVONING

Duplicação começou com a abertura de pista no terreno da UFSC

“Tem muitas questões técnicas que estão sendo analisadas, estamos no aguardo do retorno”.

Tiago Schmitt, diretor da Secretaria de Infraestrutura

As obras dos dois trechos, que compreendem 3,2 quilômetros de extensão, integram a implantação do anel viário, que percorrerá toda a avenida Beira-Mar Norte, desde o Centro até a Via Expressa Sul, passando pelos bairros Agrônômica e Trindade. O primeiro trecho, de 1,3 quilômetro, começa na avenida José Henrique Fontes e se estende até a rua Cesar Seara, nas proximidades do trevo da Eletrosul.

O segundo trecho, de 1,9 quilômetro, está localizado entre o Armazém Vieira até o emboque do túnel Antonieta de Barros e ainda não começou, pois depende da desapropriação de 60 imóveis, que poderão ser realizadas após a aprovação do financiamento na Caixa Econômica Federal. Iniciada em maio de 2016 e paralisada em novembro de 2017, a obra tem apenas 7% do total concluída.

Notícias do Dia
Opinião
"A novela do Anel viário"

A novela do Anel viário / Mobilidade urbana / Duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira / Pantanal / Transporte coletivo municipal / Plamus / Plano de Mobilidade Sustentável da Grande Florianópolis / Caixa Econômica Federal / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina

10.Opinião

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2018

A NOVELA DO ANEL VIÁRIO

Diante dos enormes problemas de mobilidade enfrentados pela Capital catarinense, agravados durante as temporadas de verão, preocupam as amarras burocráticas que provocam incerteza sobre o cronograma para entrega da duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, no Pantanal. Iniciada em 2016 e paralisada no ano seguinte, a obra integra o projeto de implantação do anel viário no entorno do maciço do Morro da Cruz, considerada a maior intervenção de mobilidade urbana focada no transporte coletivo municipal – com planejamento de vias exclusivas para o tráfego de ônibus.

Incluído no Plamus (Plano de Mobilidade Sustentável da Grande Florianópolis), que prevê a integração de vias com as regiões e Norte, Sul e Continente, o anel viário é daqueles projetos que merecem

Florianópolis não pode aceitar que a incerteza quanto ao valor do contrato inviabilize a continuidade da obra

prioridade absoluta por parte da Caixa Econômica, instituição responsável pela análise do pedido de reavaliação feito pela prefeitura sobre o valor do contrato. O aval é necessário para que o processo licitatório seja retomado e, com isso, os trabalhos reiniciados.

Problemas revelados pela concorrência – como valores fora da realidade do mercado e que comprometem a efetiva execução de uma obra –, podem até ocorrer. Fazem parte do processo. O que Florianópolis não pode aceitar é que esse impasse seja o início de uma nova e interminável novela em torno do anel viário. Quem não lembra da longa discussão entre administração municipal e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) em torno da área a ser duplicada? Quem enfrenta diariamente as agruras dos congestionamentos e filas nos horários de pico está cansado de procrastinações. Quer solução!

Diário Catarinense
Estela Benetti
"Eficaz na saúde"

Eficaz na saúde / Santa Catarina / Campanha Setembro Verde / Câncer intestinal / Hospital Universitário / UFSC / Colonoscopia / SUS

EFICAZ NA SAÚDE

Setenta profissionais de saúde atuaram em cidades de SC na campanha Setembro Verde, para alertar sobre a importância da prevenção do câncer intestinal. Sábado, no Hospital Universitário da UFSC, voluntários fizeram exame de colonoscopia em 49 pacientes do SUS e 24 tinham pólipos, que foram retirados para biópsia. 90% dos casos de câncer de intestino podem ser evitados com esse exame.

A Notícia Claudio Loetz

“Parceria em nome do conhecimento”

Parceria em nome do conhecimento / Prefeitura Municipal de Joinville / Secretaria de Educação / Perini Business Park / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Fundação Instituto Tecnológico de Joinville / Fitej / Tecnologias / Indústria 4.0 / Impressões 3D / Realidade virtual / Realidade aumentada / Roque Mattei / Alexandre Marino Costa / Pró-reitor de graduação / Open University / Inglaterra / Marcelo Hack / Agora Tech Park

Parceria em nome do conhecimento

Uma parceria assinada entre a Prefeitura de Joinville, por meio da Secretaria de Educação, o Perini Business Park, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação Instituto Tecnológico de Joinville (Fitej) vai proporcionar a alunos do 9º ano da rede municipal de ensino conhecer de perto as novas tecnologias da indústria, como impressões 3D, realidade virtual, indústria 4.0 e realidade aumentada.

A vivência tecnológica será viabilizada por meio de visitas aos laboratórios de modelagem em impressoras 3D de alta tecnologia e de simulação e realidade virtual na Fitej, e ao espaço de ciência e tecnologia da UFSC, criado para as atividades de extensão da universidade pública. Neste ano, serão realizadas mais duas visitas, nos dias 7 e 21 de novembro.

DIVULGAÇÃO



OPEN UNIVERSITY

– Temos que investir no presente e por isso é fundamental reunir indústria, academia, juventude e tecnologia – afirma o secretário de Educação, Roque Mattei.

Alexandre Marino Costa, pró-reitor de graduação da UFSC, destaca a importância de se estimular o interesse dos jovens por ciência e tecnologia. Segundo Costa, a UFSC está trazendo para Santa Catarina a referência da Open University, da Inglaterra, para levar a realidade aumentada para as escolas. Marcelo Hack, presidente do Perini Business Park, diz que a parceria chega no momento de implantação do Agora Tech Park.

– Despertar a curiosidade do jovem pela pesquisa aplicada e contribuir com a sua conscientização ambiental são diretrizes das nossas ações de investimento social privado porque os pilares da educação e da inovação formam a base da economia competitiva”, diz Hack.

Na foto, lideranças de todas as organizações envolvidas no acordo.

Enfoque Popular Eleições 2018 "Leodegar Tiscoski"

Leodegar Tiscoski / Candidato / Deputado Federal / Jorge Boeira / UFSC / IFSC

LEODEGAR TISCOSKI



Sombrio volta a ter um candidato a deputado Federal, o próprio Leodegar da Cunha Tiscoski (Progressistas), último a ocupar uma cadeira no Parlamento Federal.

ARARANGUÁ NO RADAR

Ele se comprometeu com pautas da região, caso seja eleito novamente, como a construção da quarta ponte sobre o Rio Araranguá. Ele pensa ainda em retomar o tema da fixação da barra. "Este rio tem um calado de 4 km por 10 metros. Dá para fazer um porto pesqueiro. Perdemos R\$ 60 milhões, vamos ter que voltar ao tema", disse.

APOIOS NO ESTADO

Leodegar acha que tem chances de eleição, faz dobradinha com quatro deputados Estaduais, além de apoios em Florianópolis e Serra.

TEMAS NACIONAIS

Ele acha que o Brasil será passado a limpo após estas

eleições. Defende o fim da reeleição, a reforma política, eleição de 5 em 5 anos, para todos os cargos, até senador. Citou como distorção do sistema o fundo eleitoral de R\$ 1,7 bilhões fora o fundo partidário.

Leodegar apoia o pacto federativo, é contra o balcão de negócios que se transformou em emendas parlamentares; é a favor de um imposto único (IVA) e a taxa-ção sobre as grandes fortunas.

PAUTAS DO BOEIRA

Tiscoski quer manter o apoio dado por Jorge Boeira (Progressistas) a pautas como a UFSC e o IFSC. Quer manter a fiscalização das obras da BR-285 (Serra da Rocinha) e a continuação do trecho gaúcho. Irá brigar para que o Hospital Regional possa virar um hospital-escola.

"O Boeira deixa R\$ 4 milhões em emendas para a faculdade para o curso de medicina em 2019", informa.

OUTROS TEMAS

Leodegar é favor do fim das ADRs, sabe das necessidades de ligações/estradas. Citou que está conectado com a cam-
nha de Gelson Merisio (PSD), o enxugamento da máquina. "Cassio Taniguchi está cuidando do planejamento de campanha. Sou a favor de um Estado do tamanho exato", contou. Leodegar defende uma es-

trada litorânea, antes da Caminhos do Mar, atenção ao Porto Imbituba e a rodovia do frango, que o DNIT está em fase de estudos para executar. Além disso, uma ventral técnica de projetos no Estado.



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[UFSC prorroga inscrições do vestibular até 8 de outubro](#)

[Ricardo Lautert, candidato ao Senado pelo PSTU](#)

[Professor Pedro Cabral, candidato ao Senado pelo PSOL](#)

[Lucas Esmeraldino, candidato ao Senado pelo PSL](#)

[Lédio Rosa, candidato ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores](#)

Portanova propõe governo com foco na educação e inovação tecnológica

Ricardo Lautert, candidato ao Senado pelo PSTU - 'Eleição sem espaço democrático'

'Eleição sem espaço democrático'

'Quero revogar a PEC da Maldade'

'Quero revogar a PEC da Maldade'

Obra de duplicação da Rua Deputado Edu Vieira ainda não tem data para retomada

Jornada de Inovação no Jornalismo na UFSC acontece no mês de outubro

Um ano da morte de Cancellier: a tragédia que nos serve de alerta

Hélio Brasil assume a pré-candidatura à presidência da OAB/SC

Aposentados e pensionistas do município aprendem Libras

Os Desafios de SC: como os candidatos pretendem manter as qualidades de SC

Handebol de Balneário Camboriú joga pelo bicampeonato